



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 5/2021/CTAL-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.009269/2021-37

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: **Proposta de Resolução do CNRH referente a Prorrogação do prazo da delegação de competência à Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de resolução a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que prorroga o prazo da delegação de competência à Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

2. A proposta de resolução foi encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC, nos termos aprovados na 11ª Reunião da CTOC, ocorrida em 14 de setembro de 2021.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIACÃO LEGAL

3. Considerando as competências dadas pelo [Decreto 10.000, de 13 de setembro de 2019](#), para “*analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas*”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL na sua 11ª Reunião, realizada por meio virtual em 27 de setembro de 2021, avaliou a proposta de resolução encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC. Nesta ocasião Wilson Melo, na função de presidente da sessão, apresentou aos membros da CTAL o documento que foi aprovado e enviado pela CTOC e fez uma breve contextualização.

4. Conforme o Parecer nº 3/2021/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH (SEI 3368488), em 7 de maio de 2021, por meio do Ofício SEC CBHSF nº 12/2021 (SEI 3160638), o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco solicitou a renovação da indicação da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água no CBHSF, conforme aprovado pela Deliberação CBHSF Nº 123, de 06 de maio de 2021 (SEI 3160660). A solicitação se fez necessária diante da proximidade do término da delegação anteriormente aprovada para a entidade, que já vinha exercendo a

função desde 2010. Conforme mostra o parecer a Agência começou seu trabalho na Bacia com a aprovação da [Resolução CNRH nº 114](#), de 10 de junho de 2010, que delegou o exercício de funções de competência de agência de água da bacia do rio São Francisco à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo, até 31 de dezembro de 2015. Por sua vez, a [Resolução CNRH nº 170](#), de 23 de setembro de 2015, prorrogou o prazo da delegação de competência da referida Agência, até 31 de dezembro de 2021.

5. Para subsidiar a decisão do CNRH a Secretaria Executiva solicitou o posicionamento da ANA quanto à viabilidade do pleito. Em resposta, através do Ofício nº 17/2021-CD/ANA, de 9 de agosto de 2021 (SEI 3295931), a ANA apresentou a Nota Técnica nº 14/2021/CSCOB/SAS, de 03 de agosto de 2021, em que detalhou os trabalhos realizados, resultados obtidos e a avaliação de desempenho da AGB Peixe Vivo.

6. O assunto foi objeto de discussão da 11ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC), ocorrida em 14 de setembro de 2021, ocasião em que foi demonstrada a boa performance da Agência Peixe Vivo enquanto entidade delegatária das funções de agência de água das bacias do rio São Francisco, e a viabilidade financeira de seu funcionamento dentro dos limites impostos pela legislação, posição que foi reforçada pelo presidente do CBH São Francisco. Durante a deliberação Coordenador da CTOC, Anderson Medeiros, na qualidade de representante do MDR, defendeu a inclusão de um artigo visando reforçar os termos da [Lei nº 10.881/2004](#), que dispõe que a delegação de competência se extinguirá quando da criação da Agência, e que a entidade deverá ser informada 90 dias antes de se efetivar a instalação da Agência de Água. A proposta de inclusão do artigo foi rejeitada pelos membros, restou aprovada a proposta original sem manifestações contrárias à continuidade dos trabalhos da AGB Peixe Vivo, prorrogando a delegação das funções de agência de água até 31 de dezembro de 2027.

7. Na CTAL o representante do MDR e Coordenador da CTAL, Wilson de Melo, após apresentar aos membros o histórico do pleito, propôs a inclusão do seguinte texto:

“O art. 1º da Resolução cessará, automaticamente, com a criação da Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”

8. Justificou que tal artigo busca dar celeridade à aprovação da proposta pela CONJUR, que faz a revisão de todos os atos assinados pelo Ministro do MDR. Diante de tal afirmação o representante dos Pescadores e Usuários, Wilson Azevedo, expressou sua insatisfação com a inserção do novo texto e demonstrou preocupação com o papel que a CONJUR estaria ocupando dentro da estrutura do CNRH. Após as discussões foi realizada a votação, que ocorreu em duas partes, primeiro foi votada a emenda sugerida pelo MDR, quanto a esta questão o representante dos Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos Lazer e Turismo e o representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas rios de Domínio da União manifestaram-se de forma contrária à inserção do novo artigo, não havendo outras manifestações contrárias restou aprovada a inclusão do texto. A segunda votação foi quanto ao mérito da questão, não houve manifestação contrária por parte dos membros e restou aprovado o mérito da matéria.

9. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, disposta na [Lei nº 9.433/97](#), no [Decreto 10.000/2019](#) e no [Regimento Interno do CNRH](#), de manifestar-se sobre os pedidos de ampliação dos prazos para as outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, estabelecidos nos incisos I e II do caput e no § 2º do art. 5º

da [Lei nº 9.984](#), de 2000.

10. A forma jurídica adotada é válida. É regimental o uso da Resolução *"quando se tratar de deliberação vinculada às suas competências legais"*.

11. Diante da avaliação, a CTAL aprovou a proposta de resolução, com a inclusão de emenda proposta pelo MDR, que prorroga o prazo da delegação de competência à Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CONCLUSÃO

12. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentada na sequência deste parecer.

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº XX DE XX DE XXXX DE 2021.

Prorroga o prazo da delegação de competência à Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**, no uso das competências que lhe são dadas pela [Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pela [Lei n. 10.881, de 9 de junho de 2004](#), pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), observado o seu Regimento Interno, anexo à [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#), e tendo em vista o disposto na [Resolução CNRH nº 170, de 23 de setembro de 2015](#), e a Deliberação CBHSF nº 123/2021, referente à indicação da Agência Peixe Vivo para continuar a desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê, e considerando os elementos do Processo n. 59000.009269/2021-37, resolve:

Art.1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2027, a delegação de competência à Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, observadas as disposições da [Lei nº 10.881, de 2004](#).

Art. 2º A delegação de que trata o art. 1º desta Resolução cessará, automaticamente, com a criação da Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em 06 de outubro de 2021.

WILSON DE MELO

Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 15/10/2021, às 18:51, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3395201 e o código CRC **FF4BAFAA**.